

Cadernos Espinosanos



ESPECIAL MARILENA CHAUI

ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 36 jan-jun 2017 ISSN 1413-6651

IMAGEM foto dos livros de Marilena Chaui por Henrique Piccinato Xavier

Tessa Moura Lacerda

Professora, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

tessalacerda@gmail.com

RESUMO: O trabalho da obra de Marilena Chaui, em seu *A nervura do real – volume II*, é espinosano no sentido pleno do termo: como Espinosa, Marilena Chaui precisa desconstruir um discurso cristalizado e mostrar que a substância única espinosana gera, em uma complexa rede causal, *seres singulares*. Os seres singulares existem como efeitos da substância única e como efeitos da série infinita de causas da Natureza (naturada). A coisa singular é resultado, portanto, de uma dupla causalidade, e se não se pode dizer que tem uma existência necessária por sua essência, existe necessariamente pela causa.

A questão da singularidade, porém, não me interessa apenas como via de acesso à filosofia de Espinosa e, por contraste, à filosofia de Leibniz. Interessa-me de maneira afetiva. O artigo narra, por isso, dois momentos de meu diálogo com Marilena Chaui acerca da singularidade.

PALAVRAS-CHAVE: Singular, Espinosa, Marilena Chaui, Leibniz, indivíduo.

Singular. A imensa tarefa de *A nervura do real – volume II* é demonstrar, contra uma tradição de interpretação, a existência de seres singulares na filosofia da substância imanente espinosana. Contra essa tradição interpretativa que remonta ao século XVII, cabe a Marilena Chaui desmontar a falsa aporia que diz ser impossível o singular em uma filosofia na qual só há uma substância.

O trabalho da obra de Marilena Chaui é espinosano no sentido pleno do termo: como Espinosa, Marilena precisa desconstruir um discurso cristalizado e mostrar, com as mesmas palavras desse discurso, num trabalho cuidadoso de desvelamento do sentido das palavras e ressignificação desse sentido, que a substância única espinosana gera, em uma complexa rede causal, *seres singulares*. Esses seres singulares existem como efeitos da substância única, efeitos da potência do infinito, e como efeitos da série infinita de causas da Natureza (naturada). A coisa singular é resultado, portanto, de uma dupla causalidade, e se não se pode dizer que tem uma existência necessária por sua essência, existe necessariamente pela causa.

Ora, se a coisa singular existe como efeito determinado em uma complexa rede causal, e esse efeito é também causa de outros efeitos determinados, como o singular humano pode ser dito livre? Em que sentido se fala de liberdade no interior de uma filosofia que nega o livre-arbítrio e a substancialidade do finito? Eis a segunda tarefa do *Nervura II*: demonstrar que a ligação aparentemente óbvia entre livre-arbítrio e liberdade resulta de uma concepção imaginária da liberdade. Ser livre, para Espinosa, é tornar-se aquilo que se é. É ser causa, na nervura do real, não passivamente determinada pelo exterior, mas internamente disposta. É ser apta para a pluralidade simultânea de afetos e ideias. E, in-

ternamente disposta, apta à pluralidade simultânea, a coisa singular não é apenas uma parte de um todo, mas toma parte na atividade do todo.

Para realizar esse trabalho de interpretação, Marilena inicia o livro percorrendo as obras de Espinosa e mostrando a presença do singular em todas elas, para depois mostrar como se deu a construção, desde o xvii, de uma leitura que nega a existência de coisas singulares na filosofia de Espinosa. É assim que Marilena mostra que, no *De ementatione*, Espinosa afirma que imaginação e intelecto, diferente da razão, lidam apenas com singulares, coisas singulares corporais, a primeira, e essências das coisas singulares, o segundo. A imaginação organiza esses dados empíricos por meio de ideias obscuras ou universais abstratos; o intelecto, diferentemente, conhece a *essência particular* afirmativa, e por meio dessa essência conhece uma *coisa particular*. Esta, a *essência particular afirmativa*, é efeito determinado de uma causa eficiente e causa de suas propriedades necessárias. Como efeito determinado de uma causa e causa de efeitos determinados, a *essência particular* afirmativa é uma rede causal – com a ressalva de que uma coisa não causa ideias (como supõe o empirismo), nem ideias causam coisas (como imagina o idealismo), a rede causal da essência particular exige causas e efeitos de mesma natureza.

Essas afirmações do *Tratado da emenda* operam em outras obras. Assim, no *Tratado político*, Espinosa articula experiência política, direito natural e geometria. Os regimes políticos distinguem-se não pelo número de governantes, mas porque são *essências particulares* determinadas: são efeitos determinados cuja causa eficiente é o direito natural particularizada pelas relações de força e potência da *multitudo* (agente político). Cada *essência particular* se distingue das demais em sua gênese (paixões) e pela diferença na relação entre a potência do agente político e a potên-

cia do poder político. No *Tratado teológico-político*, Espinosa se volta para um regime político existente na duração e, acrescentando à geometria um método histórico, chega à *essência particular* do Estado hebraico. Uma dupla causalidade atua na existência dessa *coisa singular*, uma causa eficiente interna imanente e as causas eficientes externas e transitivas. A essência teocrática do Estado hebraico é uma *singularidade* historicamente determinada. A Bíblia, por sua vez, não é um livro universal, mas uma *singularidade* histórica, efeito de uma causa singular, a sociedade hebraica.

A partir dessa análise do *Tratado político* e do *Tratado teológico-político*, Marilena Chaui afirma que Espinosa distingue a *essência particular* e a *essência de coisa singular*: essência particular sendo “o momento em que uma ideia apreende a conexão lógica entre uma essência e suas determinações ou propriedades” (CHAUÍ, 2016, p.32) e essência de coisa singular “empregada para assinalar a relação interna entre uma essência e sua existência” (CHAUÍ, 2016, p.32). Essa distinção entre *essentia particularis* e *essentia rei singularis*, afirma Marilena Chaui, aparece também na *Ética*: na parte I, os modos da substância, afecções dos atributos, são *coisas particulares*; na parte II da *Ética*, a mente é uma *coisa singular*, o corpo é uma *coisa singular*. A mente é *res singularis* porque é ideia de uma coisa singular existente em ato, seu corpo. E a coisa singular é um *modo singular*.

A correspondência com Oldenburg, mostra Marilena Chaui, acrescenta a esse quadro, o conceito de *parte* da Natureza e afirma que uma mesma coisa pode ser tomada como parte e como todo.



O que nos faz singulares? O que define a nossa singularidade? A mim, sempre me interessou a questão da singularidade que não pode

jamais deixar de ser parte de um todo, seja uma parte-total como em Leibniz, seja uma parte que como um todo, porque causa única de efeitos, toma parte no todo, como em Espinosa.

Por isso, me interessa particularmente, nesse percurso trilhado por Marilena ao longo de seu *Nervura II*, desde a parte II até parte V da Ética de Espinosa, a gênese da coisa singular. E é sobre este momento que quero falar um pouco, mas preciso falar de maneira afetiva. Quase como se fizesse um memorial. E por isso não pretendo fazer uma análise do capítulo II do *Nervura II*, mas contar como foi, de repente, entender Espinosa através das palavras de Marilena Chaui. Porque, sim, o que se produziu em mim no início de nossas leituras em grupo do segundo volume de *A nervura do real*, foi uma iluminação. Por um momento pude ver pelos olhos de Marilena a nervura do real em Espinosa e, de um só golpe, compreender a singularidade em Leibniz e em Espinosa. É disso que quero falar.



O que escrever? Como dizer? Que palavra usar para explicar meu sentimento de profunda admiração por minha professora Marilena Chaui? Como descrever essa relação intelectual, sincera, verdadeira e absolutamente determinante da pessoa que eu sou hoje? Pensando em como costurar as palavras, entendi que não há outra maneira de dizer o que quero dizer, senão desta maneira informal, afetiva e narrativa. Então vou narrar duas situações que vivi com Marilena Chaui e que são absolutamente importantes em meu percurso não apenas intelectual, mas de vida.

Marilena Chaui, sabemos, é doutora honoris causa pela Universidade de Paris e pela Universidade de Córdoba. Recebeu o prêmio Jabuti duas vezes, o prêmio Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. É reconhecida por seu trabalho nacional e internacionalmente. É um “monumento”. Marilena nunca se encastelou em uma torre de marfim: sempre foi uma intelectual engajada. Sempre aliou o trabalho do pensamento com o fazer político. E é um privilégio poder ouvi-la narrar, em nossas terças à tarde, partes desse percurso de uma vida que sempre alinhavou teoria e prática.

Nunca me debrucei sobre a obra de Marilena com o vagar necessário, com o rigor e a seriedade que este trabalho monumental exige. Sempre intimidou-me a grandeza desse trabalho. É verdade que sempre li, sempre ouvi, sempre admirei, mas enfrentar de frente mesmo essa obra exigiria de mim dar respostas para todas as críticas que Marilena, de maneira tão espinosana, constrói (sobretudo nos textos sobre a Filosofia do XVII, mas não apenas), críticas a um tipo de filosofia que, digamos assim, repõe todos os preconceitos contra os quais a filosofia de Espinosa se bateu. Então, enfrentar a obra de Marilena sobre Espinosa exigiria de mim defender algo que eu não quero – e nunca quis – defender.

Mas de todo modo, ao escrever sobre Leibniz – que se contrapõe explicitamente a Espinosa – eu sempre fui obrigada a “defende-lo” na medida do possível, da melhor maneira possível, das críticas que uma filosofia da imanência faz a uma metafísica do possível, do contingente, do transcendente. Quando escrevi meu mestrado e, depois, meu doutorado, o diálogo silencioso nas entrelinhas de meu texto, como percepções inapercebidas que nos inclinam para um lado ou outro na construção do texto, foi sempre com o Espinosa de Marilena. Certamente, não por acaso, tantos colegas, professores e pareceristas já me disseram

que meu Leibniz é espinosano demais. Sim, é. Digamos que estiquei a corda tanto quanto pude, porque quis que fosse assim. Confesso. Por isso, a crítica *avant-la-lettre* de Espinosa a Leibniz não aparece, em minha leitura, como crítica externa. Procurei em Leibniz, com os instrumentos dele, encontrar respostas a essas críticas. Passei a ler Leibniz de maneira a aproximá-lo de Espinosa.

Foi esse meu Leibniz espinosano que me deu, por exemplo, instrumentos para me contrapor a uma leitura que minimiza aquilo que há de mais interessante na Filosofia de Leibniz ao reduzi-lo a um puro lógico. Mas, essa aproximação e essa leitura tão interessada, digamos assim, tem seus limites óbvios. Não dá para negar que Leibniz tem uma concepção tão rica do indivíduo singular, mas repõe todos os conceitos que levam a pensar a liberdade desse indivíduo a partir do livre arbítrio, da culpa, do mal moral – tudo aquilo que Espinosa vê como servidão. Não dá para esconder que Leibniz tem uma concepção absolutamente conservadora da ação política e que, mesmo que eu possa dizer que não tem uma ética normativa e que ser livre, para Leibniz, talvez pudesse ser entendido como “tornar-se aquilo que se é” (seria então a realização no tempo de nossa singularidade, de nossa individualidade, a expressão daquilo que nos constitui internamente), ainda assim, essa liberdade em termos políticos será pensada a partir de um modelo conservador (uma monarquia esclarecida, na qual o rei, que não é filósofo, pode ser orientado pelos sábios, e, da ação dos súditos, nem se fala).

Então, por que, afinal de contas, procurar nas linhas escritas por Leibniz todos os vestígios deixados pela admiração que ele tinha por Espinosa, em lugar de mergulhar na fonte e penetrar em uma filosofia libertadora como a de Espinosa?

Para responder a essa pergunta, preciso contar de um encontro que tive com Marilena em 2001. Naquele ano, entre os dias 21 e 24 de fevereiro, aconteceu em Madri, na Universidade Complutense, o Congresso Internacional “O governo dos afetos em Espinosa”. Durante esses quatro dias reuniram-se em torno de uma mesa para conversar sobre a filosofia de Espinosa, nomes como Pierre-François Moreau, Paolo Cristofolini, Jacqueline Lagrée, Filipo Mignini, Diogo Pires Aurélio e vários outros. Convidada por Marilena tão logo comentei que gostaria de ir, lá estava eu. Lembro-me de uma ocasião, no primeiro dia em que encontrei Marilena, quando caminhando para tomar o metrô, já no final do dia, comentávamos sobre o que acontecia em São Paulo naquele momento com a imposição de uma espécie de toque de recolher pelo PCC que paralisava a maior das capitais do Brasil, e Marilena comentava como era absurda a situação diante da organização justamente desse grupo social. Mas a situação mais marcante desse encontro se deu durante um intervalo nas atividades do Congresso, quando fomos todos, eu, nem mestre ainda, almoçar juntos. Naquela mesa imensa de almoço, Marilena me colocou sentada à frente dela e pudemos conversar um pouco. Assim que ela teve uma oportunidade, me disse:

- Eu sei por que você resolveu estudar Leibniz.

Comecei a esboçar uma resposta diante da afirmação, disse algo sobre o problema da liberdade, a questão da essência, da existência... Estamos condenados a ser livres? Então ela completou a frase:

- Por causa de seu pai.

Fiquei sem palavras. Meu pai foi assassinado pela ditadura civil-militar brasileira em outubro de 1973, alguns meses antes de eu nascer.

Sou incapaz de dimensionar o que significou esse diálogo para mim – porque oscilando entre o dever de recuperar a memória e a história de luta contra a ditadura brasileira de meu pai, de um lado, e por outro sem jamais querer me colocar em um lugar de vítima, nunca soube muito bem como lidar com essa herança, como realizar a tarefa de me contrapor a qualquer forma de opressão.

O ser finito, em Leibniz, é uma noção completa, totalmente determinada, traz em si todas as ínfimas e infinitas características que o definem como uma singularidade, como um ser único. Não é no embate com o mundo que o indivíduo se constrói enquanto tal, mas isso porque o indivíduo é um mundo, carrega o mundo em si mesmo, exprime a totalidade de que faz parte, a partir de um ponto de vista único, singular. O indivíduo é uma parte-total (*pars-totalis*). Carrego em mim, em meus gestos, o pai que nunca conheci. E adivinho a pessoa que ele foi quando me olho no espelho, porque sou, eu mesma, espelho do mundo. Mergulhei na filosofia de Leibniz ainda mais fundo sem jamais esquecer o diálogo que tive com Marilena naquele dia.

Quinze anos depois, agora, em março de 2016, de novo me vi diante de um momento como aquele. Não lembro a frase que me disse Marilena, porque se tratava de um diálogo de muitas vozes, em uma de nossas reuniões de grupo, em uma terça-feira à tarde. Mas me lembro, com clareza meridiana, como vi, diante de mim, a nervura do real tecer-se a partir desse diálogo e as filosofias de Leibniz e de Espinosa espelharem-se não como imagem invertida, mas como em fotografia, a foto e o negativo. Aquilo que em um é o real, em outro é o fenômeno, enquanto o singular em Espinosa é um efeito de uma complexa rede causal, que é o real, o singular em Leibniz é um ponto que é como um feixe de retas que exprimem suas relações com todos os outros pontos,

mas essas relações são apenas ideais. Se imaginarmos uma rede de relações entre pontos, diremos que em Espinosa a rede é a nervura do real, em Leibniz o real são apenas os pontos, a rede não existe realmente, é *como se* existisse, mas está dentro do indivíduo.

A influência da leitura que Marilena faz de Espinosa sempre foi tão grande na minha leitura da filosofia seiscentista que, curiosamente, é mais compreensível para mim a concepção espinosana no finito como efeito determinado de uma rede causal (uma dupla causalidade) e causa, adequada ou inadequada, de efeitos necessários, do que a concepção leibniziana que procura a origem do finito (que envolve negação e limitação) no infinito positivo. Talvez, por isso, naquela terça à tarde, pude “ver” como a rede causal complexa que constitui o real se particulariza no finito, e como essa particularização, que é efeito, atua como causa na ordem necessária da Natureza. A noção leibniziana de impossibilidade entre finitos é quase um mistério. Porque o impossível lógico pode ter tanto peso na determinação do real?

Trata-se da questão da origem do finito a partir do infinito, a origem da diferença, a partir de uma unidade. Se considerarmos que todos os efeitos emanam da causa primeira de maneira necessária, como expressão necessária da perfeição da causa, entendemos que a multiplicidade segue necessariamente da unidade. Mas Leibniz não pensa como Espinosa. E introduz a noção de “possível não existente”. Nem todo efeito possível da causa primeira se realiza. Realizam-se apenas aqueles escolhidos pela vontade livre divina que age de maneira sábia segundo as regras da razão. Não há arbitrariedade na escolha das essências possíveis que passarão à existência (embora não possamos compreender isso). Deus é sábio. Mas nem todo possível, ou noção internamente não contraditória, é compossível com os demais na existência. Por que? Como

uma causa una, sem divisão, sem partes, sem negação, sem limite, pode ser causa de efeitos contraditórios entre si? Como justificar que o finito leibniziano, que nega outros finitos, tenha origem na causa primeira una?

Assim, a questão da relação entre a unidade da causa e multiplicidade de efeitos possíveis é, em certa medida, um ponto cego e um “tabu” na filosofia de Leibniz. Com efeito, Leibniz toma o partido de Malebranche contra a crítica que Locke dirige a este, em um comentário:

Quando Locke declara não compreender como a variedade das ideias é compatível com a simplicidade de Deus, parece-me que não deve deduzir daí uma objeção contra o padre Malebranche; pois não há sistema que possa fazer compreender uma tal coisa. Nós não podemos compreender o incomensurável e mil outras coisas, cuja verdade não deixa de nos ser conhecida, e temos o direito de empregá-las para explicar outras, que dependem delas. Algo de próximo tem lugar em todas as substâncias simples, em que há uma variedade de afecções na unidade da substância. (LEIBNIZ, 1708 (?), PS, VI, p.576)

A única pista que Leibniz nos dá nesse comentário a Locke é a analogia que é possível estabelecer entre Deus e seus efeitos, de um lado, e a substância simples criada e a multiplicidade de suas afecções, de outro. Mas no caso da substância criada, não há de fato afecções contrárias igualmente possíveis, já que a substância simples, segundo a teoria da substância do *Discurso de metafísica* (cf. LEIBNIZ, 2004a), é uma noção completa, é o sujeito de todos os seus predicados e por isso, plenamente determinada, definindo-se não apenas pelo que já aconteceu a ela no passado, mas pelo que está acontecendo e pelo que vai acontecer no futuro. Na *Monadologia*, Leibniz afirma que “como todo estado presente

de uma substância simples é naturalmente uma consequência de seu estado precedente, o presente também está prenhe do futuro” (LEIBNIZ, 2004b, §22, p.135). Não há propriamente escolha, no caso das criaturas racionais, entre afecções possíveis contrárias, mas a realização da essência e a consciência, maior ou menor dos motivos que inclinam o indivíduo àquela ação que realiza (é essa consciência ou a possibilidade dela que caracteriza as ações espontâneas nas substâncias racionais como ações livres). Ora, Deus *escolhe* o melhor dos mundos possíveis. E deixa em estado de mera possibilidade infinitos outros mundos possíveis que são contraditórios com o mundo criado. Deus é a fonte das existências, mas também das essências (cf. LEIBNIZ, 2004b, §43, p.138-139). Então é em Deus, como fonte das essências, que a contrariedade deveria ter origem, o que é absolutamente contraditório com a noção de uma unidade indivisível, simples, positiva e absoluta.

Como avançar os passos nesse labirinto da relação entre a causa primeira, unidade indivisa, e a variedade de seus efeitos que se contradizem e, portanto, envolvem negação?

A primeira parte da *Ética* de Espinosa demole todo esse aparato teológico e essa tentativa de harmonização entre filosofia e teologia presentes em Leibniz para, então, afirmar a potência infinita da causa de si: “Da necessidade da natureza divina devem seguir infinitas coisas em infinitos modos (isto é, tudo que pode cair sob o intelecto infinito)” (ESPINOSA, 2015, EI PI6, p.75), afirma a proposição 16 da parte I da *Ética*. A substância é uma potência que se auto-diferencia e se exprime em seus constituintes, os atributos, que enquanto potências causais livres se auto-diferenciam e se exprimem em efeitos, os modos infinitos, as leis universais da Natureza, que ao agirem produzem uma particularização, os modos finitos. “Os modos infinitos imediatos” – afirma Marilena – “são

o encadeamento e a conexão necessária das causas, isto é, das proporções de movimento e repouso, que constituem os corpos, e dos pensamentos, que constituem as ideias” (CHAUI, 2016, p.79); o modo finito mediato é a fisionomia do universo inteiro. Os modos infinitos, frisa Marilena, “*não são mediações (...) entre o infinito e o finito, mas expressões da infinitude atual da causa eficiente imanente.*” (CHAUI, 2016, p.79), a expressão é uma auto-diferenciação.

A causa de si, a substância e seus atributos, é a Natureza Naturante. Os modos infinitos imediatos e mediato e os modos finitos são a Natureza Naturada, que não é, portanto, “uma série linear de causas e efeitos, mas uma *rede causal* ou uma rede complexa de infinitas conexões, articulações e integrações.” (CHAUI, 2016, p.79). O finito é uma determinação particular dessa rede causal infinita. O finito está envolvido na e pela causa. “Os atributos são a estrutura do universo, e suas ações determinam as operações dos modos infinitos (as leis da Natureza) que se particularizam em operações singulares determinadas, os modos finitos.” (CHAUI, 2016, p.81). Uma dupla causalidade atua sobre os modos finitos: a causalidade dos atributos (sua auto-diferenciação que, pelas operações dos modos infinitos, se particulariza em modos finitos), a ordem necessária da Natureza, e a causalidade existente entre os modos finitos, a ordem comum da Natureza.

A parte I da *Ética* demonstrou a existência do que é necessário pela essência, Deus, como Natureza Naturante, causa de si e da Natureza Naturada. A parte II da *Ética* adentra a Natureza Naturada e deduz os modos finitos que, embora não existam pela necessidade de sua própria essência, são necessários pela sua causa. A parte II da *Ética*, explica Marilena Chaui, é o segundo pano do díptico, cujo primeiro pano é a parte I. É por isso que, se a causa de si na parte I mostra a *identidade entre*

essência e existência em Deus, na parte II se afirma a *inseparabilidade entre essência e existência* nos modos finitos. A essência do modo finito humano não envolve existência necessária, mas nem por isso os modos finitos são contingentes ou possíveis, eles são necessários pela sua causa (cf. CHAUI, 2016, cap2); e por isso Espinosa pode afirmar, na definição 2 da parte II da *Ética*, que pertence à essência de uma coisa o que sendo dado, a coisa é necessariamente posta, existe, e, sendo tirado, a coisa deixa de existir – explicando a inseparabilidade de essência e existência nos modos finitos.

Enquanto na parte I da *Ética* o modo finito humano era deduzido com todos os demais modos finitos como modos certos e determinados dos atributos modificados nos modos infinitos, a parte II da *Ética* deduz o modo finito humano como corpo e mente que se relacionam (embora não por meio de uma relação causal recíproca). Essa relação pode se dar de forma inadequada ou de forma adequada. A perspectiva determinante na parte II da *Ética* para deduzir o modo finito humano é, portanto, a perspectiva epistemológica: “o corpo é deduzido como poder imaginante e a mente como poder pensante inadequado (na imaginação) e adequado (na razão e na ciência intuitiva)” (CHAUI, 1994, p.117). Mas a dimensão causal da coisa singular também é enfatizada aqui e, ainda mais na parte III, na qual Espinosa demonstra que a coisa singular pode ser causa adequada ou inadequada, porque finita; dessa finitude trata a parte IV, e a parte V mostra como a mente pode ser causa adequada.

A parte I da *Ética* define o finito no seio do infinito, como modo que está em outro e é concebido por outro, a partir da parte II, Espinosa sublinha a singularidade de um modo que exprime a essência do ser absoluto, o singular é uma existência determinada e uma atividade causal, é um indivíduo complexo. É esse o trabalho de interpretação de

Marilena. Mostrar a construção da singularidade na Ética de Espinosa como um ser complexo que nunca se “desprende” da rede complexa de causas que constitui o real, mas é efeito dela e causa de outros efeitos. O singular é singular porque é uma determinação finita no interior da complexa rede causal da Natureza. E é finito porque não existe como causa de si, mas é também causa.

É muito solitário carregar o mundo em si mesmo e ser inteiramente responsável por suas ações, desde sempre determinadas como expressão hipotética ou moralmente necessária de seu ser, de sua essência. É muito rico saber que tudo exprime tudo e que “é tudo como aqui em toda parte e sempre” (LEIBNIZ, 1705, PS VI, p.546). O outro jamais verá o mundo como eu, mas podemos nos compreender, porque cada um de seu ponto de vista exprime o mesmo mundo. Mas é angustiante pensar que jamais teremos a certeza da existência de outros finitos como nós, que, como nós, sofrem por não compreender a totalidade de que fazem parte. E mais angustiante ainda saber que se quisermos contribuir com a totalidade de que fazemos parte, será para manter a ordem estabelecida e colaborar com o Deus monarca.

Ser parte, em Espinosa, é não ser sozinho, é saber-se parte de um todo e, sabendo-se assim, tomar parte na atividade do todo. É sentir-se acolhido, envolvido numa e por uma causa.

Oxalá eu consiga agora encarar de frente mesmo a obra de Marilena Chauí.

ABSTRACT: The work of Marilena Chaui, in her *A nervura do real - volume II*, is spinozist in the full sense of the term: like Spinoza, Chaui must deconstruct a crystallized discourse and show that the unique substance generates, in a complex causal network, Singular beings. Individual beings exist as effects of the single substance and as effects of the infinite series of causes of Nature (*naturata*). The singular thing is therefore a result of a double causality, and if it can not be said to have a necessary existence by its essence, it necessarily exists from the cause.

The question of singularity, however, does not concern me merely as a way of access to Spinoza's philosophy and, by contrast, to Leibniz's philosophy. It concerns me in an affective way. The article narrates, therefore, two moments of my dialogue with Marilena Chaui about the singularity.

KEYWORDS: Singular, Spinoza, Marilena Chaui, Leibniz, individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHAUÍ, M (2016), *A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa, volume II: Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____, (1994), "A ideia de parte da Natureza em Espinosa", *Revista Discurso*, n.24, Departamento de Filosofia da USP.

ESPINOSA, B. (2015), *Ética*, tradução do Grupo de estudos espinosanos, São Paulo: Edusp.

LEIBNIZ, (1705), "Considérations", *Die philosophischen Schriften* (PS), Ed.

C. I. Gerhardt, 7 vols., Berlin/Halle, 1949-63; reimpressão Hildesheim, 1962: volume vi.

_____, (1708) (?), [“Zu Lockes Urteil ueber Malebranche”], *Die philosophischen Schriften* (ps), Ed. C. I. Gerhardt, 7 vols., Berlin/Halle, 1949-63; reimpressão Hildesheim, 1962: volume vi.

_____, (2004), “A monadologia” in *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes.